

POSICIONAMENTO DE ESTUDANTES E MÉDICOS VETERINÁRIOS SOBRE A INDICAÇÃO DE EUTANÁSIA OU TRATAMENTO EM ANIMAIS SENIS COM COMORBIDADES

EMANUELLE MACIEL PEDERZOLI¹; TÁBATA PEREIRA DIAS², GABRIELA DE CARVALHO JARDIM², LAURA DIAS PETRICIONE², NIELLE VERSTEG²; MARLETE BRUM CLEFF³

¹Universidade Federal de Pelotas – manu.mpederzoli@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – tabata_pd@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – gabrieladecarvalhojardim@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – laurapetricione@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – nielle.versteg@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – marletecleff@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os animais de companhia estão cada vez mais incluídos no núcleo familiar, onde são vistos como membros da família através do desenvolvimento de vínculo afetivo. Assim, quando ocorre a perda de um animal, o sofrimento é similar à perda de uma pessoa (BISHOP *et al.*, 2016). Com o aumento da senescência dos *pets*, a medicina veterinária precisou aprimorar os conhecimentos acerca do envelhecimento, tendo em vista as mudanças fisiológicas no organismo desses animais, sendo função dos veterinários promover o envelhecimento saudável dos pacientes, orientando os tutores sobre os cuidados especiais que os seus animais necessitam nessa fase da vida (GIL, 2019).

Muitas enfermidades, principalmente em animais idosos, requerem a indicação do médico veterinário entre tratamento paliativo, eutanásia ou procedimento cirúrgico. Nesses casos, o profissional deve conversar de maneira assertiva com o tutor, a fim de informar a situação clínica e o prognóstico do paciente. O tratamento paliativo tem como objetivo maximizar o conforto e reduzir o sofrimento, trazendo qualidade de vida para o animal, assim como preparar o tutor para a morte (BISHOP *et al.*, 2016). A eutanásia é conceituada como “a indução da cessação da vida animal, por meio de método tecnicamente aceitável e cientificamente comprovado, observando sempre os princípios éticos” seguindo os princípios de bem-estar animal (CFMV, 2013). É necessário a solidariedade do profissional com o lado emocional do tutor e caso não haja um adequado esclarecimento e entrosamento entre os dois, o tratamento mais adequado pode não ser aceito (FERREIRA, 2017).

Diante do exposto, o objetivo do trabalho foi avaliar a opinião de médicos veterinários e estudantes de medicina veterinária a respeito da eutanásia, do tratamento paliativo e procedimento cirúrgico em seis casos clínicos de animais idosos com comorbidades.

2. METODOLOGIA

Foi aplicado aos estudantes de medicina veterinária e profissionais veterinários um questionário através do *Google Forms* intitulado: “Eutanásia, procedimento cirúrgico ou tratamento paliativo em animais senis com comorbidades?”. Foram inclusas oito questões, dentre elas estavam: qual o

semestre que o estudante estava cursando ou se já era formado, uma pergunta introdutória sobre quais os argumentos que consideraria para indicar eutanásia (nessa pergunta poderia selecionar mais de uma alternativa) e seis casos clínicos reais – C1, C2, C3, C4, C5 e C6 –, podendo selecionar apenas uma alternativa. Os casos selecionados foram de animais idosos, atendidos na rotina clínica de projeto de extensão, apresentavam doenças distintas e prognósticos reservados a desfavoráveis. Foi questionado a conduta médica que os participantes teriam diante de cada caso clínico e as opções de resolução compreendiam eutanásia, tratamento paliativo ou cirurgia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário contou com 51 respostas, sendo que 39,2% (20/51) eram médicos veterinários e 15,7% (8/51) estudantes do 10º semestre. Quanto à pergunta “Quais os argumentos você consideraria para indicar a eutanásia?”, todos os participantes (51/51) marcaram “quando o bem-estar do animal estiver comprometido de forma irreversível, sendo um meio de eliminar a dor e/ou o sofrimento dos animais”; 64,7% (33/51) “quando o animal constituir ameaça à saúde pública”; 49% (25/51) “quando o animal constituir risco à fauna nativa ou ao meio ambiente” e 25,5% (13/51) “quando o tratamento representar custos incompatíveis com a atividade produtiva a que o animal se destina ou com os recursos financeiros do proprietário”. Todas as alternativas supracitadas são corretas segundo o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV, 2013). Equivocadamente, 2% (1/51) marcaram “quando o proprietário solicitar, independente do quadro clínico do animal” e 13,7% (7/51) “quando o tutor e o veterinário acharem pertinente, mesmo havendo outras medidas alternativas de tratamento”. Verificou-se que apenas 13,7% (7/51) indicariam eutanásia corretamente, de acordo com todos os critérios do CFMV (2013).

O C1 era um paciente canino, 14 anos, que possuía um tumor no maxilar, com suspeita clínica de melanoma, apresentava dor, não conseguia se alimentar sozinho e os tutores não tinham condições financeiras de arcar com os custos do tratamento. 41,2% (21/51) indicariam a ressecção cirúrgica, eutanásia e tratamento paliativo para o tutor decidir o procedimento mais adequado; 39,2% (20/51) indicariam a cirurgia, uma vez que só indicariam eutanásia se não houvesse mais nenhum tratamento disponível e 3,9% (2/51) indicariam eutanásia, porque consideraram que o procedimento cirúrgico é invasivo e de difícil adaptação do animal. O melanoma acomete principalmente animais de meia idade a idosos, costuma ser bastante agressivo e normalmente apresenta metástase, por esse motivo, raramente a cirurgia é curativa e o paciente apresenta prognóstico reservado a ruim (GINESTE, 2016). O C2 era um canino, 12 anos, com melanoma mandibular e invasão óssea, com tutores instruídos e de classe média. 47,1% (24/51) responderam que indicariam a cirurgia, pensando em proporcionar qualidade de vida ao paciente e 2% (1/51) indicariam eutanásia, levando em consideração que a cirurgia é um procedimento invasivo e de difícil adaptação. Condizendo com as respostas do C1 e C2, DIAS *et al.* (2013) relatam que apesar da agressividade, a maxilectomia e a mandibulectomia aumentam a sobrevivência dos animais e podem alcançar surpreendentes resultados estéticos e funcionais, não sendo a eutanásia a única opção de tratamento.

O C3 foi uma paciente canina, 17 anos, com crises convulsivas e cardiopatia grau 4, além de um abscesso dentário, sendo indicado cirurgia para

remoção do dente. A tutora era estudante de veterinária e conhecia os riscos do procedimento. A suspeita clínica foi de tumor cerebral, cuja confirmação é feita com ressonância magnética, não acessível para a tutora. 41,2% (21/51) indicariam cirurgia, eutanásia e tratamento paliativo, deixando para o tutor decidir e 27,5% (14/51) indicariam a eutanásia, uma vez que o procedimento cirúrgico teria poucas chances de sucesso. Nos casos em que o tratamento paliativo não aliviar o sofrimento do animal, é dever do médico veterinário recomendar a eutanásia e é direito do tutor não aceitar. No caso de não haver consenso entre as partes, uma alternativa ética seria manter o paciente sedado em associação com analgesia (BISHOP *et al.*, 2016). O C4 era uma paciente canina, 11 anos, com grande parte do focinho destruído pela esporotricose e o agente etiológico *Sporothrix* spp. resistente ao fármaco de eleição para o tratamento. Devido às lesões, havia a possibilidade de ser realizado procedimento cirúrgico na trufa nasal, mas o animal ficaria com os cornetos nasais expostos e suscetível a infecções. 49% (25/51) responderam que indicariam o tratamento, uma vez que só indicariam eutanásia se não houvesse mais nenhum tratamento disponível e 25,5% dos participantes (13/51) indicariam eutanásia, por ser uma zoonose que colocaria em risco a saúde da família. Segundo BARROS *et al.* (2010), a eliminação de animais com esporotricose não é uma medida adequada para conter a doença, porém deve ser priorizado que seja realizada eutanásia dos casos sem possibilidade de tratamento por se tratar de uma zoonose.

O C5 era de um canino, 11 anos, que havia sido atropelado e apresentava fratura na coluna vertebral e medula óssea. Não era possível realizar o procedimento cirúrgico no município e, mesmo se fosse realizado, o animal não voltaria a caminhar. 26% (13/51) optaram por indicar tratamento paliativo, uma vez que indicariam eutanásia se não houvesse mais nenhum tratamento disponível e porque a cirurgia não era realizada na cidade; 25% (13/51) indicariam cirurgia, eutanásia e tratamento paliativo e deixariam o tutor decidir; 20% (10/51) indicariam eutanásia, uma vez que a cirurgia não faria o animal caminhar e não era realizado na cidade e 20% (10/51) indicariam cirurgia para proporcionar qualidade de vida ao paciente. DE SOUZA *et al.* (2019) fizeram um levantamento de casos de cães e gatos que foram submetidos à eutanásia, em que a fratura de coluna foi a segunda principal causa para esta, podendo ser motivado pelo comprometimento dos movimentos, qualidade de vida do animal e pelo pós-operatório.

A Disfunção Cognitiva Canina (DCC) é uma doença neurodegenerativa, semelhante à doença de Alzheimer em humanos, acomete animais idosos e não tem cura, somente tratamento paliativo (FAGUNDES & MAZZOTTI, 2016). O C6 era um canino, 15 anos, diagnosticado com DCC, se alimentava e bebia água no pote de ração com auxílio da tutora e, por isso, a mesma solicitou que fosse realizada eutanásia. 60,8% (31/51) optariam por não realizar a eutanásia, tendo em vista que o tratamento pode trazer melhora clínica do quadro e, somente 5,9% (3/51) realizariam a eutanásia solicitada. A justificava para realização da eutanásia jamais deve ser somente o pedido do tutor, como por exemplo, quando há limitações impostas pela idade avançada do animal (CFMV, 2013), situação do caso clínico exposto. É necessário considerar o impacto que a eutanásia causa no médico veterinário e, a ocorrência de fadiga por compaixão, que causa efeitos nocivos ao psicológico do profissional exposto ao sofrimento repetitivo (BISHOP *et al.*, 2016). Frequentemente, idosos possuem mais de uma comorbidade associada e, em muitos casos, a terapia é estabelecida para propiciar qualidade de vida ao paciente (BECKER, 2011).

4. CONCLUSÕES

A partir das respostas obtidas, conclui-se que a maioria dos médicos veterinários e graduandos optariam por indicar todas as opções disponíveis de tratamentos, deixando o tutor escolher a mais adequada para o cão idoso. Ainda, a maioria não indicaria a eutanásia frente às alterações clínicas dos animais. É necessária a discussão sobre as possíveis condutas nos casos expostos, tanto para a formação dos discentes como atualização de médicos veterinários, priorizando o bem estar dos pacientes e dos veterinários.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, M. B. L., SCHUBACH, T. P., COLL, J. O., GREMIÃO, I. D, WANKE, B., SCHUBACK, A. Esporotricose: a evolução e os desafios de uma epidemia. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 27, p. 455-460, 2010.

BECKER, T. M. **Abordagem terapêutica no paciente geriátrico**. 2011. Monografia (Trabalho de Conclusão de Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do sul, Faculdade de Veterinária.

BISHOP, B. S. G.; COONEY, D. V. M. K.; SHEA COX, D. V. M. *et al.* 2016 AAHA/IAAHPC end-of-life care guidelines. **Journal of the American Animal Hospital Association**, v. 52, n. 6, p. 341-356, 2016.

Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). **Guia Brasileiro de Boas Práticas para a Eutanásia em Animais – Conceitos e procedimentos recomendados**. Brasília, 2013.

DE SOUZA, M. V.; PANDOLFI, I. A.; DOS SANTOS, R. M.; JUNIOR, D. P. Levantamento de dados e causas de eutanásia em cães e gatos: avaliação ética-moral. **Pubvet**, v. 13, p. 150, 2019.

DIAS, F. G. G.; PEREIRA, L. F.; CABRINI, T. M.; ROCHA, J. R. Neoplasias orais nos animais de companhia – Revisão de literatura. **Revista científica eletrônica de medicina veterinária**, v. 20, n. 1, p. 1-9, 2013.

FAGUNDES, T. S.; MAZZOTTI, G. A. Disfunção Cognitiva Canina. **Medvep – Revista Científica de Medicina Veterinária**, 12(45), 2016.

FERREIRA, M. G. P. A. **Abordagem ao cão e gato com câncer: qual a visão do seu tutor?** 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária. Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – UNESP – Câmpus de Jaboticabal.

GIL, J. C. **Envelhecimento canino: Compreender para cuidar**. Boletim Pet, Agener União, v. 2, 2019.

GINESTE, D. L. **Melanomas orais em cães: relato de caso**. 2016. Monografia de Pós-Graduação. Centro Universitário CESMAC.